

SED-SC

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA

PROFESSOR - DIREITO



APOSTILA
COMPLETA



MATERIAL PARA
DOWNLOAD



TEORIA E
QUESTÕES



EDITAL N.º 793/SED/2026

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO**.

× Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



SED-SC

Professor - Direito

CONHECIMENTOS GERAIS

Fundamentos legais e normativos da educação brasileira e catarinense; Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: direitos e garantias fundamentais, direitos sociais e disposições constitucionais sobre educação	1
Estatuto da Criança e do Adolescente: direito à educação, proteção integral e convivência familiar e comunitária.....	7
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996) e suas alterações: estrutura, princípios e organização das etapas e modalidades da educação básica.....	72
Lei Complementar Estadual n.º 170/1998: Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina	104
Plano Nacional de Educação e Plano Estadual de Educação de Santa Catarina: metas, estratégias e avaliação da política educacional	104
Marcos legais da educação inclusiva e da educação especial	123
Legislação sobre história e cultura afro-brasileira, africana e indígena e sua implementação curricular	124
Gestão democrática do ensino público: fundamentos legais e instâncias colegiadas ...	125
Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina: direitos, deveres, responsabilidades e regime disciplinar.....	132
Currículo e organização do trabalho pedagógico.....	159
Base Nacional Comum Curricular: competências gerais, áreas do conhecimento, componentes curriculares e etapas da educação básica	163
Proposta Curricular de Santa Catarina: fundamentos históricos e concepções pedagógicas; Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense: princípios, estrutura e articulação com a BNCC	163
Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense: formação geral básica, itinerários formativos, trilhas de aprofundamento e organização curricular vigente	164
Educação Profissional e Tecnológica: diretrizes curriculares nacionais e normas estaduais vigentes.....	169
Integração curricular: interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e contextualização do conhecimento	170
Avaliação da aprendizagem e avaliação institucional: concepções, indicadores educacionais e uso dos resultados para melhoria da qualidade.....	177
Planejamento educacional e organização do trabalho escolar	184
Diversidade, direitos humanos e proteção integral	185

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Educação em direitos humanos: princípios, marcos normativos e práticas escolares ..	190
Educação para as relações étnico-raciais: combate ao racismo, valorização da diversidade e implementação curricular	195
Educação escolar indígena, quilombola e do campo: especificidades e marcos legais	200
Diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, linguística e sociocultural: reconhecimento e promoção de equidade no contexto escolar	208
Inclusão, acessibilidade e Desenho Universal para a Aprendizagem: estratégias e adaptações para a educação para todos	216
Convivência escolar, cultura de paz e prevenção às violências: estratégias de mediação e práticas restaurativas	221
Saúde mental na escola: competências socioemocionais, bem-estar e trabalho intersetorial	230
Proteção de dados pessoais de crianças e adolescentes no contexto educacional.....	238
Tecnologias, inovação e contemporaneidade	246
Tecnologias digitais na educação e na gestão pública: fundamentos, potencialidades e desafios	256
Cultura digital, letramento digital e cidadania digital: habilidades, responsabilidade e participação crítica.....	262
Uso pedagógico e administrativo de plataformas, ambientes virtuais de aprendizagem e recursos educacionais abertos	266
Ensino híbrido e educação a distância: modelos, regulamentação e aplicações	273
Inteligência Artificial na educação: aplicações éticas e potencial transformador no ensino e na gestão	274
Segurança da informação, proteção de dados pessoais (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e governança digital no ambiente educacional.....	280
Inovações científicas e tecnológicas contemporâneas e seus impactos no mundo do trabalho e na sociedade	303
Administração pública, ética e contextos	304
Princípios constitucionais da Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.....	305
Ética no serviço público: deveres, conflito de interesses, integridade, transparência e responsabilidade	311
Lei de Acesso à Informação: transparência ativa, passiva e sigilo	321
Relações humanas no trabalho: comunicação, trabalho em equipe e resolução de conflitos	333
Aspectos históricos, culturais, geográficos, sociais, políticos e econômicos de Santa Catarina e do Brasil contemporâneo relevantes para a compreensão das dinâmicas educacionais e administrativas.....	341
Questões	350
Gabarito.....	363

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Fundamentos do Direito público e privado: fontes, princípios e ordenamento jurídico .	1
Direito Constitucional: princípios fundamentais.....	9
Direitos e garantias fundamentais.....	11
Organização do Estado e competências.....	28
Direito Administrativo: princípios	42
atos administrativos.....	49
Responsabilidade do Estado.....	68
Controle da Administração Pública.....	75
Direito Civil: personalidade jurídica	84
Negócios jurídicos	87
Obrigações	106
Responsabilidade civil.....	133
Direito do Trabalho: contrato de trabalho, jornada, remuneração, rescisão, estabilidade, saúde e segurança, proteção de grupos vulneráveis e direito coletivo.....	143
Direito do Consumidor e Direito Digital: relações de consumo e marco civil da intern .	157
Direito Ambiental: princípios e legislação aplicada.....	165
Direito Educacional: legislação da educação básica e profissional e responsabilidades dos agentes educacionais.....	180
Mediação e formas alternativas de resolução de conflitos.....	212
Ética, justiça e direitos humanos: fundamentos e aplicações no contexto educacional e profissional	212
Educação Profissional e Tecnológica: diretrizes curriculares nacionais e normas estaduais vigentes.....	222
Metodologias ativas no ensino de Direito: estudos de caso, simulações e uso de tecnologias digitais	230
Educação Profissional e Tecnológica: Resolução CNE/CP n.º 1/2021 e Resolução CEE/SC n.º 001/2022	240
Organização e funcionamento da SED/SC: estrutura administrativa, Gerências Regionais de Educação e articulação com as unidades escolares	281
Sistema Estadual de Ensino: Lei Complementar n.º 170/1998, órgãos normativos, deliberativos e executivos	289
Rede pública estadual: etapas, modalidades, políticas e programas estruturantes	289
Plano Estadual de Educação: metas e estratégias prioritárias	301
Indicadores educacionais: aprovação, reprovação, abandono e distorção idade-série; uso para diagnóstico e tomada de decisão	301
Avaliações externas: Saeb, Saesc e outros instrumentos; interpretação e uso dos resultados.....	302

SUMÁRIO



Financiamento da educação pública: Fundeb, transferências constitucionais e prestação de contas.....	305
Regime jurídico dos servidores: direitos, deveres e responsabilidades.....	313
QUESTÕES.....	358
GABARITO.....	364

METODOLOGIA DA PRÁTICA DOCENTE

Fundamentos da educação.....	1
Teorias do desenvolvimento e da aprendizagem. Principais teorias educacionais e suas implicações para a prática pedagógica: behaviorismo, construtivismo, perspectiva histórico-cultural e abordagem histórico-crítica.....	10
Perspectivas filosóficas e sociológicas da educação: função social da escola e relação entre educação, sociedade e cultura.....	28
Desenvolvimento cognitivo, socioafetivo, moral e psicomotor ao longo da vida: implicações para o planejamento em cada etapa da educação básica.....	30
Processos de aprendizagem: mediação pedagógica, interação, linguagem e formação de conceitos.....	32
Abordagens contemporâneas: aprendizagem socioemocional, protagonismo estudantil e contribuições da neurociência para a educação.....	33
Didática, planejamento e organização do ensino.....	35
Didática como campo de conhecimento: concepções e relação com a prática docente.....	37
Planejamento anual, sequências didáticas e planos de aula: elaboração, intencionalidade pedagógica e articulação curricular.....	43
Projeto Político- Pedagógico: concepção, elaboração participativa, implementação e avaliação.....	57
Gestão da sala de aula: mediação, clima relacional e rotinas pedagógicas.....	60
Práticas interdisciplinares e transdisciplinares: projetos integradores e temas contemporâneos transversais.....	61
Organização do trabalho pedagógico: tempos, espaços, agrupamentos e ambientes de aprendizagem.....	72
Metodologias de ensino e inovação pedagógica.....	74
Metodologias ativas, colaborativas, investigativas e interativas: fundamentos e aplicações em sala de aula.....	76
Aprendizagem baseada em problemas e em projetos: concepção, etapas e avaliação.....	77
Ensino híbrido, rotação por estações e personalização da aprendizagem.....	79
Cultura maker, design thinking e aprendizagem por desafios.....	80
Gamificação e uso de jogos na aprendizagem.....	82

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Uso pedagógico das tecnologias digitais: ferramentas, plataformas e ambientes virtuais no cotidiano escolar	87
Estratégias diferenciadas para o desenvolvimento de competências e habilidades segundo a BNCC.....	88
Aprendizagem cooperativa e colaborativa: estruturas, interdependência positiva e responsabilidade individual	89
Avaliação e acompanhamento da aprendizagem. Concepções de avaliação e sua função pedagógica. Tipos de avaliação: diagnóstica, formativa e somativa. Instrumentos e técnicas de avaliação: portfólios, rubricas, autoavaliação e outros registros.....	91
Avaliação por competências e habilidades: critérios e indicadores	95
Recuperação paralela e progressão da aprendizagem	96
Avaliação institucional interna e externa: interpretação e uso pedagógico dos resultados	97
Indicadores educacionais e qualidade da educação: taxa de aprovação, abandono, distorção idade-série e resultados de avaliações de larga escala	99
Educação inclusiva, convivência e equidade. Educação inclusiva na perspectiva da educação para todos: marcos históricos, legislação e modelos	101
Atendimento Educacional Especializado: público-alvo, serviços e articulação com a sala comum	109
Adaptações e flexibilizações pedagógicas: currículo, metodologia, avaliação e recursos.....	114
Desenho Universal para a Aprendizagem: princípios e aplicações	115
Acompanhamento de estudantes com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento e altas habilidades.....	117
Diversidade étnico-racial, de gênero e sexual na escola: práticas inclusivas e antidiscriminatórias.....	118
Convivência escolar, mediação de conflitos e práticas restaurativas	120
Articulação escola-família-comunidade: participação e corresponsabilidade	122
Gestão pedagógica e desenvolvimento profissional	123
Gestão democrática e participação na escola: conselhos e instâncias colegiadas	124
Formação continuada de professores: modelos, comunidades de prática e desenvolvimento profissional em serviço.....	134
Trabalho colaborativo entre docentes e equipes técnico-pedagógicas.....	136
Melhoria contínua da qualidade educacional: planejamento, monitoramento, avaliação e revisão de práticas	137
Acompanhamento pedagógico como suporte ao desenvolvimento docente	139
Questões	141
Gabarito.....	151

SUMÁRIO



(...)

Educação, Cultura e Desporto

Educação:

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Organização dos Sistemas de Ensino:

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino superior e técnico
Estados e DF	Ensino fundamental e médio
Municípios	Educação infantil e ensino fundamental

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGgdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.



DIREITO PRIVADO

Trata-se o Direito Privado de um acoplado de normas jurídicas, que tem o objetivo de disciplinar as relações privadas que são estabelecidas entre os particulares. Tal conceito o distingue do Direito Público, que é um acoplado de normas jurídicas que possuem o condão de disciplinar as relações de cunho público que de alguma forma envolvem o Estado como um todo.

Personalidade Jurídica

Personalidade Jurídica é a possibilidade que qualquer pessoa possui, ou não, para ser titular de relações jurídicas eivadas de direitos e obrigações. É de competência da lei estabelecer o capacitados para possuir personalidade jurídica.

O Código Civil Brasileiro, dispõe em seu art. 2º que a personalidade civil das pessoas é adquirida no momento do nascimento com vida, vindo a se encerrar com a morte. Desta forma, sem qualquer distinção de raça, cor ou credo, todos os seres humanos possuem personalidade jurídica que vem acompanhada de uma série de direitos de personalidade, como o direito à honra, à vida e à integridade física, dentre outros.

Sendo correto que todas as pessoas possuem o direito de gozar de direitos, uma vez que a capacidade de gozo de direitos é entregue a todos aqueles que possuem personalidade jurídica, a realidade é que nem toda pessoa possui capacidade para exercer de forma total e nem mesmo de maneira parcial os seus direitos, bem como responder pelas suas obrigações, uma vez que a capacidade de exercício de direitos pode vir a ser maior ou menor como um todo. A capacidade jurídica é dada a uma pessoa, na medida em que esta passa a possuir a capacidade de ser sujeito de relações jurídicas.

Pessoa Jurídica

As pessoas jurídicas pátrias estão elencadas no art. 44 do Código Civil Brasileiro de 2002, Lei 10.406/2006 que dispõe que são pessoas jurídicas de direito privado: as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas, os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada.

A Pessoa Jurídica de acordo com a legislação pátria, consiste em um acoplado de pessoas ou bens, provido de personalidade jurídica própria e constituído sob os parâmetros da legislação.

Para que a Pessoa Jurídica exista, são necessários alguns requisitos. Vejamos:

- Que haja a vontade humana para que seja criado um grupo de pessoas ou de bens;
- Que haja a elaboração prévia de ato constitutivo que se trata de estatuto ou contrato social, caso seja pessoa jurídica de direito privado ou na dependência de lei ou ato administrativo caso seja de direito público;
- Que haja o prévio registro do ato constitutivo no órgão competente, nos termos do art. 45 do Código Civil Brasileiro;
- Que haja a licitude do objeto dentro dos parâmetros do art. 104, II, do Código Civil Brasileiro.

De acordo com o art. 40 do Código Civil, as pessoas jurídicas admitidas pelo Direito brasileiro classificam-se em pessoas de direito público, sendo este, interno ou externo, como por exemplo, as fundações públicas e as autarquias, e pessoas de direito privado, que trata-se do caso das associações e das organizações religiosas.

Observação importante: As associações encontram-se no âmbito de disciplina do direito público. Já as organizações religiosas estão dispostas no campo do direito privado.

Ressalta-se que as pessoas jurídicas de direito privado se encontram classificadas em duas categorias, sendo que por um ângulo, estão as estatais e, por outro, as particulares. Pondera-se que para essa classificação é de suma importância analisar a origem dos recursos que são empregados na constituição da pessoa, tendo



Fundamentos da Educação¹

A educação deve levar em conta a natureza própria do indivíduo, encontrando esteios nas leis da constituição psicológica do indivíduo e seu desenvolvimento. A relação entre os indivíduos a educar e a sociedade torna-se recíproca. Pretende que a criança aproxime do adulto não mais recebendo as regras de boa ação, mas conquistando-as com seu esforço e suas experiências pessoais, em troca a sociedade espera das novas gerações mais do que uma imitação; espera um enriquecimento.

Caso queiramos proceder corretamente no campo técnico da educação, teremos que a elas recorrer para que não sejamos tentados em nossa ação educativa, a impor modelos, para com que eles, os alunos, se identifiquem. Teremos sim que lhes oferecer situações. experiências que resultem em uma modelagem adequada. Modelagem não estereotipada, mas decorrentes das diferenças individuais de cada aluno.

Fundamentos Sociológicos

No Brasil, convivem lado a lado, uma Sociologia de Educação cética com relação à ordem existente, baseada em modelo marxista, uma outra baseada em metodologia de pesquisa empiricista e, ainda outra que, rejeitando ambas as abordagens, adota perspectivas de inspiração interacionista, fenomenológica ou etno-metodológica. As diferenças entre os referenciais teóricos, os temas tratados e a orientação política são tão grandes que talvez fosse mais correto falar em Sociólogas da Educação.

Nos últimos vinte anos pertencem a Althusser (1970), Bowles e Gintis (1976), Bourdieu e Passeron (1970) e Michael Yong (1971), os estudos que marcaram e delimitaram o campo da Sociologia Educacional. Estes estudos postulam que a produção e reprodução das classes reside na capacidade de manipulação e moldagem das consciências, na preparação de tipos diferenciados de subjetividade de acordo com as diferentes classes sociais.

A escola participa na consolidação desta ordem social pela transmissão e incubação diferenciada de certas ideias, valores, modos de percepção, estilos de vida, em geral sintetizados na noção de ideologia. Os estudos centram-se nos mecanismos amplos de reprodução social via escola.

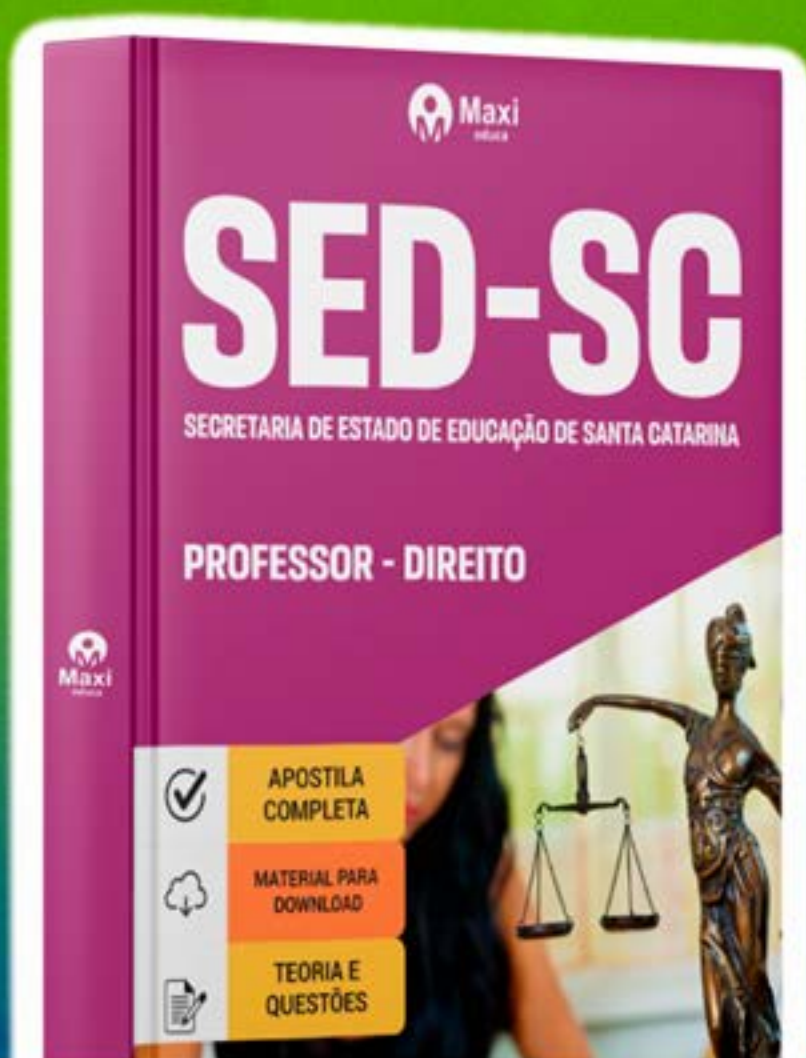
Num outro eixo, encontramos os ensaios da Nova Sociologia da Educação preocupados em descrever as minúcias do funcionamento do currículo escolar e seu papel na estruturação das desigualdades sociais. A Nova Sociologia da Educação coloca a problematização dos currículos escolares no centro da análise sociológica de Educação.

A Sociologia da Educação, hoje, aborda como tema central de discussão: o papel da educação na produção e reprodução da sociedade de classes. A Educação facilmente descobre que um dos lugares eminentes de sua teoria e de sua prática está no interior dos movimentos sociais. Cabe, pois, a escola o papel de preparar técnica e subjetivamente as diferentes classes sociais para ocuparem seus devidos lugares na divisão social.

Bourdieu e Passeron percebem como essa divisão é mediada por um processo de reprodução cultural. Sabemos que as forças culturais que atuam sobre o comportamento precisam ser conhecidas para um melhor planejamento e, conseqüentemente, melhor ensino. De particular interesse para o processo educativo são os fatores familiares, o grupo de adolescentes a que se filia (“a turma”) e a escola.

As condições do ambiente forjam a sua resposta ou reticência, aos estímulos, formando padrões de hábitos que encorajam ou desencorajam as atividades que motivam ou desmotivam a aprendizagem. O comportamento em classe está estritamente relacionado com o ambiente familiar e a sua posição socioeconômica. Fatores estes ocasionadores de procedimentos antissociais ou de extrema instabilidade e falta de amadurecimento.

¹ <https://pedagogiaparaconcurseiros.com.br/apostila-de-fundamentos-da-educacao/>



GOSTOU DESSE **MATERIAL?**

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu **DESCONTO ESPECIAL!**

QUERO MINHA APROVAÇÃO!